

Reflexões sobre as relações entre mídia noticiosa e conflito permanente entre palestinos e israelenses

Reflections on the relationship between the news media and the ongoing conflict between Palestinians and Israelis

Reflexiones sobre la relación entre los medios de comunicación y el conflicto en curso entre palestinos e israelíes

Vitória Paschoal Baldin¹
Daniela Osvald Ramos²

Resumo: A partir da noção de conflito permanente, e refletindo também sobre a importância da mídia noticiosa para os atores atravessados pela contínua violência entre Palestina e Israel, desenvolvemos nossa pesquisa através da revisão bibliográfica relevante para investigar o papel do jornalismo no conflito palestino-israelense. O objetivo é observar o papel co-constitutivo entre mídia e conflito, verificando as alterações dessas relações frente aos desenvolvimentos das novas tecnologias de comunicação. Nos debruçamos sobre as Intifadas palestinas, argumentando sobre a centralidade da mídia noticiosa para o sucesso desses movimentos. Concluímos que o panorama do conflito palestino-israelense está intimamente articulado às necessidades desses atores em mobilizar a opinião pública a seu favor, implicando em uma profunda dependência da cobertura noticiosa.

Palavras-chave: Jornalismo. Plataformas Digitais. Conflito Permanente. Israel. Palestina.

Abstract: From the notion of permanent conflict and reflecting on the importance of the news media for the actors crossed by the continuous violence between Palestine and Israel, we developed our research through a relevant bibliographical review to investigate the role of journalism in the Palestinian-Israeli conflict. The objective is to observe the co-constitutive role between media and conflict, verifying the alterations of these relations in face of the developments of new communication technologies. We focus on the Palestinian Intifadas, arguing about the international media's centrality for these movements' success. We conclude that the panorama of the Palestinian-Israeli conflict is closely linked to the needs of these actors to mobilize public opinion in their favor, implying a deep dependence on news coverage.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil, vitoria.pbaldin@gmail.com.

² Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil, dosvald@gmail.com.

Keywords: Journalism. Digital Platforms. Permanent Conflict. Israel. Palestine.

Resumen: A partir de la noción de conflicto permanente, y reflexionando también sobre la importancia de los medios informativos para los actores atravesados por la continua violencia entre Palestina e Israel, desarrollamos nuestra investigación a través de una revisión bibliográfica relevante para indagar en el papel del periodismo en el contexto palestino-israelí. El objetivo es observar el papel co-constitutivo entre medios y conflicto, verificando las alteraciones de estas relaciones frente al desarrollo de las nuevas tecnologías de la comunicación. Nos enfocamos en las Intifadas palestinas, discutiendo sobre la centralidad de los medios internacionales para el éxito de estos movimientos. Concluimos que el panorama del conflicto palestino-israelí está íntimamente ligado a las necesidades de estos actores de movilizar la opinión pública a su favor, lo que implica una profunda dependencia de la cobertura informativa.

Palabras clave: Periodismo. Plataformas Digitales. Conflicto Permanente. Israel. Palestina.

1 INTRODUÇÃO

A partir da utilização da violência legitimada por um discurso de segurança, Israel atualmente impõe aos palestinos seus interesses, em que o acesso a água, terra, postos de trabalho, hospitais e escolas são cada vez mais dificultados³. Nesse sentido, ainda que o Estado Palestino possua pouca força e capacidade para oferecer resistência às violências que vêm se desenrolando nesse território, uma série de ações de guerrilha popular ganharam força e destaque nas últimas décadas.

O termo "conflito permanente" refere-se a uma situação de antagonismo, tensão ou confronto contínuo entre duas ou mais partes, geralmente de natureza política, social, étnica, religiosa ou territorial, que persiste ao longo do tempo, muitas vezes sem alcançar uma resolução duradoura ou uma solução pacífica. Esses conflitos tendem a se manter ao longo de décadas ou até mesmo séculos, caracterizados por episódios intermitentes de hostilidade, negociações frequentemente infrutíferas e uma atmosfera de desconfiança⁴ mútua entre as

³ Segundo Finkelstein (2005, p. 285), no Anexo 10 dos Acordos de Oslo, fica determinada a utilização média anual de apenas 20% das águas da Cisjordânia para os palestinos. Além disso, Israel reivindica o direito legal sobre a maior parte da região, com base em um suposto “direito histórico”.

⁴ Em Israel, a noção de conflito permanente, ligada a narrativas de inimigos que aspiram o seu total e completo aniquilamento, foi amplamente utilizada para disseminação do medo como ferramenta de consolidação das elites políticas (para uma visão geral, ver Kimmerling, 2001).

partes envolvidas (DE RUAN; SATUR, 2020). A falta de uma solução definitiva ou de um acordo de paz duradouro é uma característica distintiva do conflito permanente, que pode ter implicações significativas nas esferas política, econômica, social e humanitária, afetando as vidas das populações envolvidas e a estabilidade regional ou internacional (LAVI *et al.*, 2014).

O presente trabalho aborda o caráter co-constitutivo entre mídia e conflito no panorama palestino-israelense, enfatizando as relações da mídia noticiosa com os eventos que atravessam esse cenário. O objetivo é compreender, através de revisão bibliográfica narrativa, o papel da cobertura internacional nesse conflito, abordando, especialmente, as imbricações entre comunicação e política. Foram incluídas bibliografias complementares, associadas a perspectivas e problemas específicos abordados no trabalho.

Partimos da apresentação do enquadramento teórico, elaborado a partir da noção de co-constitutividade entre mídia e conflito. Na sequência, discutiremos o panorama midiático observado na Primeira Intifada e seus efeitos políticos. Finalmente, abordaremos o desenvolvimento de estratégias político-comunicativas, aplicadas a partir da Segunda Intifada, para sufocamento do jornalismo crítico, associado com representações da vitimização palestina. Argumentamos que o panorama do conflito palestino-israelense está intimamente articulado às necessidades desses atores em mobilizar a opinião pública a seu favor, implicando uma profunda dependência da mídia noticiosa.

2 A MÍDIA E O CONFLITO

Historicamente, a partir do objetivo de criar um Estado homogeneous judeu na Palestina, Israel buscou um estado de segregação⁵ e, quando possível, transferir a população árabe local para outros locais (FINKELSTEIN, 2005). Esse processo levou o historiador israelense Ilan Pappé (2016) a defender a tese de uma limpeza étnica empregada sistematicamente pelo Estado de Israel contra a população palestina, em que desde o fim do mandato britânico⁶ há o planejamento de ações dessa natureza para atingir tais objetivos. Pappé

⁵ Segundo o relatório do B'Tselem (2002 apud FINKELSTEIN, 2005, p. 25), “Israel criou nos territórios ocupados um regime de separação baseado na discriminação, aplicando dois sistemas jurídicos diferentes na mesma área e baseando os direitos dos indivíduos em sua nacionalidade”. Os palestinos que permanecem dentro das fronteiras de Israel, normalmente nomeados como minoria árabe ou palestina de Israel, não gozam de cidadania plena e são encarados como cidadãos de segunda classe.

⁶ O início do colonialismo europeu na região começou, de fato, na década de 1920, após o fim do Império Otomano, durando, oficialmente, cerca de 30 anos. Conforme Pappé (2007) afirma, os esforços do governo colonial estavam na estruturação de um mandato árabe-judaico seguindo o modelo britânico, assim como o

(2007; 2016) defendeu que o processo de instituição do Estado de Israel estava pautado na utilização da violência para a conquista gradual do território, em desenvolvimento, em algum nível, até os dias atuais. Logo, “o recurso à força não era circunstancial. Era ‘inerente’ ao objetivo de transformar a Palestina, com sua população de maioria esmagadoramente árabe, num Estado Judaico.” (FINKELSTEIN, 2005, p. 198).

A cotidianidade da violência não implica a anulação das incertezas provenientes dela, articulando medo, terror e confusão a processos de resistência, esperança e criatividade. Galtung (1969) propõe a noção de violência estrutural, em que a violência não se resume à violência física, mas está enraizada em estruturas sociais mais amplas, produzindo e mantendo desigualdades. A paz positiva é mais que a ausência de embates físicos diretos, é a extinção da violência estrutural que atravessa as relações cotidianas.

Em tal perspectiva, essa violência estrutural na Palestina ocupa cerca de 6% das notícias levantadas por Segev e Blondheim (2013) ao analisarem veículos de 12 países de distintas regiões geográficas. O estudo demonstrou que nas notícias analisadas, Israel possui uma maior visibilidade devido à sua menção em diversos contextos, como conflitos com o Irã e a Turquia, bem como em seções relacionadas à tecnologia e negócios. O conflito palestino-israelense incorpora uma série de relações entre as sociedades ocidentais e os atores envolvidos nesses eventos, carregando forte simbolismo sociopolítico. Como McGregor-Wood e Schenker (2003) argumentam, a importância do conflito palestino-israelense na mídia decorre do alto valor simbólico dos locais em que a luta é travada e dos poderosos *lobbies* políticos e econômicos do Ocidente e do mundo árabe envolvidos nesses eventos.

Desde a Primeira Guerra Mundial, a mídia tem servido como importante ferramenta para propaganda e contrapropaganda em conflitos (WIEVIORKA, 2009). Seib (2005) observou, ao estudar o confronto estadunidense com a Al-Qaeda, que os conflitos possibilitam que o jornalismo adote facilmente enquadramentos holísticos de “nós” contra “eles”, em que a cobertura noticiosa tende a identificar claramente os lados “bom” e “ruim”, contribuindo para percepções simplistas desses eventos⁷. Assim, as notícias sobre o conflito entre palestinos e

impôsto no Egito e no Iraque. Nesse contexto, três documentos diplomáticos surgem e se tornam centrais para o atual conflito palestino-israelense: correspondência McMahon-Hussein (1915-1916), o acordo Sykes-Picot (maio de 1916) e a Declaração de Balfour (novembro de 1917), em que cada um deles incluía uma promessa diferente para população local (para uma visão geral, ver Hourani, 2006).

⁷ Essa simplificação dos eventos também tem relação com os interesses da indústria jornalística, visando atenção do público, como um jornalista da BBC enfatizou a Philo e Berry (2004, p. 102-104) que, ao longo da cobertura

israelenses “atingem muitas convenções estabelecidas, tanto na cobertura quanto nas crenças sociais em diversas comunidades ao redor do mundo.” (TIRIPELLI, 2016, p. 23, tradução nossa).

Nesse cenário, a diplomacia pública ocupa uma posição central nas relações internacionais contemporâneas, em que a mídia é ferramenta essencial para lados opostos em conflitos justificarem e legitimarem suas ideias, crenças e ações (YARCHI; WOLFSFELD; SHEAFTER; SHENHAV, 2013). Para ambos os lados do conflito palestino-israelense, “a luta pela mídia noticiosa pode ser tão importante quanto a batalha no terreno.” (WOLFSFELD, 1997, p. 5, tradução nossa), tendo em vista a importância da opinião pública na legitimação internacional desses agentes. Logo, a capacidade de transmitir seus enquadramentos (*media frames*⁸) sobre os eventos conflituosos é de extrema importância.

Assim, partimos do entendimento de que as relações entre mídia e conflito são complexas. Apesar disso, como Budka e Bräuchler (2020) defendem, não devemos observar essas esferas como separadas ou a partir de noções de causalidade unilateral. Por exemplo, Virilio (1993) se debruça sobre as relações entre as produções cinematográficas e a guerra, a partir tanto da perspectiva de propaganda nazista como do testemunho dos sobreviventes da Shoah. De maneira semelhante, cabe ressaltar que os conflitos bélicos também foram centrais para o desenvolvimento e o avanço das tecnologias de comunicação e informação (KITTLER, 2017), que possibilitaram também a ampliação da propaganda em conflitos contemporâneos.

Ao invés de encarar a mídia e os conflitos como dois espaços separados ou a partir de uma lógica de causalidade unidirecional, é importante considerar a noção de midiatização como forma de refletir sobre os processos e as práticas relacionadas com a mídia nos contextos cotidianos. Para além da justaposição entre mídia e conflito, deve-se observar as realidades socioculturais experienciadas em tais embates e suas transformações no processo de midiatização, enfatizando a integração entre eles como parte de um processo social e cultural. Budka e Bräuchler (2020) explicam que a mídia pode ser compreendida como uma forma tecnológica que media e modifica as relações, comunicações, interações e culturas humanas.

da Segunda Intifada, era comum que os editores pedissem que explicações sobre as origens e motivações do conflito fossem deixadas de lado em detrimento de um foco maior na violência e nos confrontos.

⁸ Compreendemos que *media frames*, ou enquadramentos de mídia, refletem a maneira pela qual a mídia explica os eventos noticiosos, priorizando determinada explicação relacionada a eventos.

Para os autores, a midiatização se refere às estruturas materiais humanas usadas para possibilitar e restringir a comunicação através de ordens sociais múltiplas.

Waisbord (SAAD; RAMOS, 2021) já apontou para as relações íntimas entre comunicação e violência, especialmente, compreendendo como as mídias digitais aumentam a abrangência de discursos de ódio já atuantes em contextos *offline*⁹. Apesar disso, os estudos sobre as relações entre mídia e conflito tendem, como Budka e Bräuchler (2020) apontam, a analisar a violência, o conflito e a mídia tendo como base o conteúdo jornalístico produzido pelas mídias, a partir de um conjunto de dados estatísticos, definindo os efeitos da mídia em processos de violência e paz.

As relações unidirecionais não capturam a real complexidade entre mídia e conflito. Budka e Bräuchler (2020) argumentam a co-constitutividade de mídia e conflito, cobrindo as variações e implicações decorrentes da relação entre essas esferas. Desta maneira, as relações entre mídia e conflito precisam ser encaradas de maneira dialética. Isso significa que a mídia não é apenas um meio passivo de relatar conflitos, mas um ator que desempenha um papel na construção, na interpretação e na perpetuação dos conflitos, ao mesmo tempo em que é afetada e moldada por eles. A noção de co-constitutividade entre mídia e conflito destaca a inter-relação intrincada entre esses dois elementos na sociedade contemporânea.

3 A PRIMEIRA INTIFADA PALESTINA E O JORNALISMO INTERNACIONAL

O movimento nacional palestino, bem como sua relação com a representação internacional, ganhou nova faceta a partir da década de 1980, quando é acrescentado ao imaginário nacionalista a ideia de justiça social (HOURANI, 2006). No final de 1987, a população dos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) inicia um movimento de resistência de caráter majoritariamente pacífico inspirado por Gandhi e Martin Luther King, assumindo que métodos não-violentos ajudariam a neutralizar o poder do Estado de Israel. O acúmulo de raiva, frustração e indignação impulsionou o movimento (PAPPÉ, 2007). Apesar disso, “a principal surpresa do lado israelense veio com o seu despertar para sua incapacidade de lidar com a

⁹ Exemplo desse processo também pode ser observado a partir do panorama do conflito palestino-israelense, em fenômenos como militarismo digital israelense, do qual nos debruçaremos, de maneira breve, posteriormente neste trabalho.

situação em desmoronamento e reprimir a revolta com medidas ‘normais’.” (BAR-ON, 1988, p. 48-49, tradução nossa).

Como Pappé (2007) aponta, o governo israelense estava profundamente dividido internamente sobre como lidar com as manifestações e receoso com as críticas externas, dificultando suprimir o movimento de forma imediata e, em consequência, impedindo o controle midiático mais amplo. A reação violenta do Estado de Israel “transformou a raiva e a frustração em um agudo senso de desafio e ousadia, que foi rapidamente revelado como uma ‘mina de ouro’ da mídia pela causa palestina” (BAR-ON, 1988, p. 48, tradução nossa).

Wolfsfeld (1997) argumentou que a mobilização da mídia noticiosa é um elemento essencial para os movimentos sociais, em que os desafiantes usam a imprensa para divulgar suas mensagens e para alcançar capital político ao mobilizar terceiros para suas causas. Nesse cenário, muitos desafiantes utilizam da desordem para garantir cobertura midiática. No panorama palestino, é importante pontuar que tal processo não decorreu de ordens ou decisões coletivas, tendo em vista o caráter espontâneo da manifestação, fugindo, inicialmente, do controle de lideranças políticas como a Organização para Libertação Palestina. Assim, Wolfsfeld aponta para o entendimento individual do poder dessas ações, expandidos, posteriormente, pela repetição coletiva de padrões.

A representação do conflito palestino-israelense, como defendeu Sabido (2019), deve ser pensada também a partir das relações com o colonialismo. As relações históricas e (pós)coloniais que a Inglaterra estabelece com a região foram apagadas na cobertura recente do conflito (PHILO; BERRY, 2004; SADIDO, 2019). Além disso, o apoio ocidental, em especial norte-americano, a Israel também permanece como um subtexto nunca mencionado nos noticiários (ACKERMAN, 2001; NOAKES; WILKINS, 2002).

Nesse período, Noakes e Wilkins (2002) demonstraram que as representações dos palestinos no *New York Times* e no *Associated Press* nas décadas de 1980 e 1990 tendiam a enquadrá-los como (1) “terroristas violentos”, (2) “militantes islâmicos” ou (3) “origem dos problemas políticos no Oriente Médio”. Os dados levantados pelos autores evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos palestinos na construção de uma imagem positiva internacionalmente. Apesar disso, com o início da Intifada, em decorrência da representação da vitimização palestina, esse cenário progressivamente se altera.

Assim, a mídia também é campo de batalha, disputando o poder de representar e ser representado (BORGES, 2015; BUDKA; BRÄUCHLER, 2020), em que agentes com maior poder político e social podem impor discursos e significados sobre os demais atores (WOLFSFELD, 1997). Nesse sentido, as diferentes formas pelas quais a mídia é utilizada estão intimamente ligadas aos processos socioculturais e políticos envolvidos nesses conflitos (BUDKA; BRÄUCHLER, 2020).

A Primeira Intifada consegue colocar a questão palestina na agenda política internacional através da conquista da opinião pública internacional mediada pelas empresas jornalísticas, em que cenas brutais de soldados israelenses espancando palestinos desarmados dialogavam diretamente com os já conhecidos e legitimados repertórios de vitimização (WIEVIORKA, 2006). Uma das principais consequências políticas da conquista da opinião pública para a causa palestina através da Primeira Intifada foi o início do diálogo entre lideranças palestinas – especialmente a Organização para Libertação da Palestina (OLP) – e israelenses, consolidadas posteriormente nos Acordo de Oslo.

Apesar disso, Peri (2010) defendeu que a mídia israelense tem, historicamente, servido à ideologia sionista, atuando para socialização dos interesses da elite político-militar, auxiliando que a população internalize e naturalize a centralidade do militarismo e da guerra no *ethos* nacional. Por muitos anos, as Forças de Defesa Israelense (FDI), foram as únicas fontes dos jornalistas israelenses sobre os palestinos, controlando diretamente os eventos a serem noticiados e, principalmente, os enquadramentos de significado para tais eventos.

Jamal (2009) argumenta que Israel é um estado ativamente nacionalizador que utiliza a mídia como uma ferramenta disciplinar e ideológica para moldar a imaginação coletiva de seus cidadãos e seus apoiadores internacionalmente. Em tal perspectiva, a população palestina recebe pouca cobertura jornalística no Estado de Israel e seu enquadramento é majoritariamente negativo, agravando o cenário de violência estrutural ao qual estão submetidos.

A cobertura jornalística é politicamente significativa frente à maneira pela qual os palestinos são representados e significados pela mídia israelense. Como Wolfsfeld, Avraham e Aburaiya (2000) apontam, os artigos veiculados nos periódicos israelenses *Yediot Ahronot* e *Ha'aretz* cobriram a minoria palestina em Israel, incluindo histórias sobre crimes, greves, desemprego e manifestações. Além disso, também há ênfase no impacto dos palestinos na política nacional israelense. No entanto, raramente as histórias tratam de suas demandas ou de

seus problemas. Ao refletir sobre a cobertura midiática do Dia de Terra¹⁰ na mídia israelense, os autores argumentam que anualmente os israelenses são informados sobre a ameaça iminente da minoria árabe.

Portanto, frente às dificuldades da representação dos palestinos na mídia israelense, a mídia noticiosa internacional foi uma importante frente de disputa por legitimidade internacional para os atores envolvidos. A circulação internacional das imagens de vitimização do povo palestino foram elemento essencial para pressionar negociações. Apesar disso, a alteração da pauta noticiosa, em especial, a partir dos anos 2000, foi particularmente significativa para as dificuldades posteriores em estabelecer processos de paz positiva.

4 A SEGUNDA INTIFADA PALESTINA: NOVAS CONFIGURAÇÕES POLÍTICO-COMUNICATIVAS

Politicamente, ainda no início dos anos 2000, a população palestina percebeu que a euforia inicial com os Acordos de Oslo não se concretizou, produzindo poucas mudanças práticas nas vidas dos palestinos até hoje (PAPPÉ, 2007). Peri (2010) aponta para a mudança também da alteração da mídia israelense após a Primeira Intifada, marcada pelo incremento do apoio ao aparato estatal e militarista, narrado em termos existenciais de vida e morte. Em tal cenário, a miséria econômica e a falta de mudanças concretas na vida dos palestinos conduziram para um clima de revolta semelhante ao que havia se desenvolvido antes da Primeira Intifada.

A Segunda Intifada palestina tem início no verão de 2000, em decorrência de diversos confrontos entre palestinos e a polícia israelense ao longo de passeatas realizadas contra a visita do então primeiro-ministro Ariel Sharon à Jerusalém Oriental. Essa manifestação, diferente da Primeira Intifada, foi fortemente marcada por ataques sangrentos e terrorismo suicida, seguidos por agressivas retaliações por parte de Israel. Como Richards (2019) apontou, “terrorismo”, assim como outros conceitos das ciências sociais, é uma construção social. Isso implica profundas dificuldades em oferecer uma conceituação universalmente aceita. O conceito de terrorismo é amplamente utilizado como parte de construções retóricas, utilizadas, de modo geral, para deslegitimar adversários políticos.

¹⁰ Os protestos do Dia da Terra são manifestações anuais, diretamente ligados aos eventos ocorridos em 30 de março de 1976, em que seis cidadãos árabes de Israel foram mortos em confrontos por confisco de terras pelo governo israelense.

Apesar disso, a abordagem acadêmica exige precisão teórica para conceituação das ações observadas e descritas. Portanto, consideramos que o terrorismo se configura como um método particular de violência política, em que a intenção do ato violento é gerar impactos psicológico para além das vítimas imediatas. Esta definição caracteriza também a recente ascensão do terrorismo “de supremacia branca” (BYMAN, 2022), por exemplo. A conotação das ações de terrorismo como boas ou ruins não dependem, nessa abordagem, da utilização do terrorismo como estratégia de ação, mas as motivações e enquadramentos ideológicos e políticos atreladas a ação.

Segundo dados da organização de direitos humanos B'Tselem (apud BISHARA, 2013), entre 2000 a 2005, 3.941 palestinos e 973 israelenses morreram em decorrência dos conflitos da Segunda Intifada. A morte de israelenses decorreu de ataques de militantes dentro de Israel ou nos TPO ou ações dirigidas a membros das forças armadas. Apesar disso, os efeitos da escalada de violência foram profundamente negativos na vida dos palestinos. Execuções extrajudiciais ceifaram a vidas de incontáveis sujeitos. Além disso, demolições generalizadas e confisco de terras intensificou o controle israelense sobre a vida cotidiana desta população. Assim, apesar do desgaste da imagem pública internacional da causa palestina em decorrência das ações de terrorismo, os palestinos foram profundamente mais vitimados ao longo da Segunda Intifada, especialmente, em decorrência da legitimidade das ações em decorrência do discurso contraterrorismo.

Philo e Berry (2004) observaram que a extensa intimidação que os jornalistas, especialmente por parte de Israel, sofreram ao cobrir a Segunda Intifada favoreceu que eles aceitassem com maior facilidade informações provenientes de fontes oficiais, evitando o caminho difícil, caro e perigoso de produzir material independente. Por exemplo, organizações como a Associação de Imprensa Estrangeira (FPA) em Jerusalém e a Repórteres Sem Fronteiras acusaram os israelenses de atirar deliberadamente contra jornalistas, notando que oito foram feridos (THE OBSERVER, 2001 *apud* PHILO; BERRY, 2004).

O apoio internacional conquistado na década de 1980 se deteriorou frente aos ataques terroristas, utilizados como base para o discurso de segurança propagado pelas autoridades israelenses, cooptando também, em parte, elementos provenientes da Guerra ao Terror. Philo e Berry (2004), analisando os temas de boletins explicativos da mídia britânica – BBC1 e ITV – ao longo da Segunda Intifada, demonstraram que a mídia tendia a favorecer a narrativa

israelense, ocultando detalhes sobre a natureza violenta e desigual dos confrontos. Além disso, Yarchi, Wolfsfeld, Sheaffer e Shenhav (2013) apontaram que a luta contra o terrorismo ocorre, contemporaneamente, em grande medida, na mídia, disseminando ou combatendo ideias, valores e percepções. Assim, o enquadramento de ações contra o terrorismo, especialmente o de origem árabe, ocupa uma posição de privilégio no jornalismo internacional (PHILO; BERRY, 2004).

Como Tiripelli (2016) aponta, o termo “terrorismo” serve como guarda-chuva para lideranças políticas e jornalistas descreverem uma série de processos, possibilitando a gestação da solidariedade entre comunidades diversas contra um inimigo em comum a partir do imaginário difuso do “terrorista” (WIEVIORKA, 2009, p. 68-75). O discurso de contratarorismo foi amplamente utilizado para combater inimigos políticos, eliminação de oponentes e suspensão de resistência na opinião pública a ocupações militares (RICHARDS, 2019). A partir disso, de modo a tensionar o enquadramento negativo oferecido pela mídia às ações de terrorismo, diversos ativistas palestinos têm nomeado Israel como um Estado terrorista. Consideramos que as ações de Israel não podem ser enquadradas como contratarorismo, em decorrência do histórico de violência e perseguição que submetem os palestinos. Apesar disso, também consideramos inadequado o enquadramento de Israel como um Estado terrorista, tendo em vista que as ações realizadas tem objetivo de exclusão e limpeza étnica. A utilização da violência como mecanismo para disseminação do medo é apenas parte de uma estratégia mais ampla de *apartheid* e etnocídio.

Entretanto, como Sabido (2019) explicitou, inicialmente, o enquadramento de ações de terrorismo na mídia britânica, ainda no final do período do mandato, se referia às ações praticadas pelos colonos sionistas. Essa perspectiva, para a autora, decorria do fato de que as ações de violência eram realizadas contra os agentes britânicos da região. Contudo, com o avanço do conflito palestino-israelense e tomada de posição britânica cada vez mais favorável a Israel, o termo “terrorismo” se tornou mais frequente e diretamente associado aos palestinos.

Em tal perspectiva, outra diferença substancial das Intifadas decorre da pouca atenção jornalística pró-palestina que a Segunda Intifada conquista. Estrategicamente, o exército israelense proíbe a entrada de cidadãos e estrangeiros nos TPO, cerceando também a presença de repórteres e equipes de mídia em geral (IAZZOLINO, 2010). Ele retirou os cartões de imprensa que permitiam o movimento de pessoas nos territórios palestinos e israelenses e

certificavam o status profissional desses sujeitos. Os palestinos tinham novas solicitações negadas com base em insinuações sobre como esses jornalistas apresentavam ameaças à segurança israelense (BISHARA, 2013).

Bishara (2013) apontou que, nesse contexto, a produção de notícias norte-americana foi dependente de fontes oficiais israelenses e jornalistas palestinos para cobertura dos eventos. Assim, a atuação palestina na produção de notícias permaneceu oculta para grande parte do público internacional. Além disso, como o autor defende, esses jornalistas tiveram profundas dificuldades em apresentar enquadramentos desassociados com o discurso oficial israelense, tendo em vista não apenas a profunda preocupação com objetividade jornalística como também seu posicionamento nas empresas de mídia norte-americana apenas como narradores de eventos factuais.

Para Bishara (2013) apesar das constantes tentativas de jornalistas palestinos de permanecerem objetivos, o enquadramento do conflito como um evento profundamente desigual, bem como a associação direta desses confrontos com a vida pessoal desses jornalistas, dificultam essa perspectiva. De modo a atingir os objetivos de imparcialidade, esses profissionais, diversas vezes, se sentiram coagidos por seus editores a inserir em seus textos, com certo destaque, declarações oficiais israelenses, ainda que os fatos observados e registrados *in loco* fossem distintos. Em alguns casos, Bishara (2013) aponta para o apagamento da autoria de palestinos nas reportagens veiculadas ou a alteração do conteúdo reportado a partir da inserção de opiniões e leitura do cenário de outros jornalistas americanos.

Sua concomitância com eventos relativos à Guerra ao Terror também implicou em pouca atenção desprendida ao conflito palestino-israelense. Dessa maneira, o sofrimento palestino teve pouco espaço na imprensa internacional, favorecendo que as ações de terrorismo palestino fossem enquadradas como legitimação para ação militar israelense. Isto é, um ano após o início da Segunda Intifada, a al-Qaeda lançou ataques ao território norte-americano e, em sequência, o presidente George Bush declarou guerra ao "terror". Nos anos seguintes, como Bishara (2013) aponta, a comunidade de origem árabe foi profundamente impactada pelo incremento da discriminação racial e crimes de ódio. A cobertura da Intifada diminuiu, muitas vezes, simplificada a partir da mesmas lógicas – ocidente *vs.* oriente; terrorismo *vs.* contratarorismo; civilização *vs.* barbarie – que pautavam a Guerra ao Terror.

Além disso, Ackerman (2001) observou que no jornal estadunidense *New York Times* a palavra “ocupação” foi gradualmente removida do conteúdo noticioso sobre a Segunda Intifada, ajudando a fortalecer a narrativa israelense de retaliação contra ações de terrorismo. Dessa maneira, a mídia noticiosa ocidental, notadamente EUA, Reino Unido e Israel, historicamente selecionou terminologias que reduziam o conflito a enquadramentos simplistas do “bem” contra o “mal”.

Portanto, ao longo do conflito, ambos os lados utilizam da mídia para atrair simpatia do público à sua causa, enfatizando sua própria injustiça e a brutalidade inimiga. Historicamente, Israel teve mais facilidade para disseminar narrativas estratégicas para ampliar sua influência internacional em uma campanha que extrapola o próprio conflito, posicionando o país como um ator internacional de relevância política, econômica, militar e cultural, considerando que as notícias publicadas em língua inglesa costumam ser as mais replicadas para tradução por agências de notícia internacionais. Israel, como Iazzolino (2010) aponta, objetiva convencer a opinião pública dos países ocidentais aliados, reduzindo a repercussão midiática das ações do exército ou, quando inevitável, enquadrá-las de acordo com ideologias favoráveis a ele.

Tanto palestinos como israelenses têm a percepção que o viés midiático internacional é favorável ao opositor, necessitando que eles atuem de maneira persistente para expor seu entendimento dos fatos (IAZZOLINO, 2010). Em tal perspectiva, Chaban et al. (2019) explica que para a Autoridade Palestina também é politicamente interessante controlar o ambiente midiático nos TPO. Desde 2007, o Hamas introduziu em Gaza um sistema de credenciamento que exige uma autorização formal para atuação de todos os meios de comunicação e jornalistas. Como Wolfsfeld (1997) argumenta, em eventos conflituosos, governos – democráticos ou não – tendem a cercear a liberdade de expressão de jornalistas e empresas de mídia, estruturando também maior dependência de fontes oficiais para narrar e significar as ocorrências.

Dados levantados pelo Centro Palestino de Desenvolvimento e Liberdade de Mídia (MADA) demonstram que das 257 violações contra liberdade de imprensa nos TPO no primeiro semestre de 2022 79% foram cometidas por autoridades israelenses, 13% estão ligadas às plataformas digitais e 9% são provenientes da Autoridade Palestina (AP). 82 dessas violações estão ligadas a agressão física, lesão ou espancamento. Dois assassinatos de jornalistas

palestinos¹¹ pelas Forças Armadas de Israel (FDI) ocorreram no período. Entre as violações cometidas pela AP foram registradas 6 casos de intimidação, 3 ameaças, 2 proibições de atuação jornalística, 2 casos de destruição de equipamento, 1 acusação de tortura¹² e 1 prisão. Além disso, 34 encerramentos e restrições de contas de mídia social foram registrados, enquadrados pelo relatório como parte de um ecossistema de restrição de liberdade de expressão.

Esses dados demonstram como a prática jornalística nos TPO ocupados é extremamente dificultada pelo cenário de conflito. A imprensa, nacional e internacional, passou a obter pouco acesso aos eventos *in loco*, em decorrência das violências associadas e as restrições impostas por Israel. A partir disso, a dependência de fontes oficiais, em especial, israelenses, aprofundam as possibilidades de disseminação da narrativa israelense sobre os eventos, favorecendo a conquista da opinião pública internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tais informações, portanto, indicam que, historicamente, Israel tem mais facilidade em disseminar seus enquadramentos sobre fatos e eventos na mídia noticiosa nacional e internacional. Para além do carácter nacionalista da mídia israelense, as dificuldades da prática jornalística, ligada a falta de acesso aos locais de conflito e outras práticas de cerceamentos da liberdade de expressão, implicam em profunda dependência as fontes oficiais israelenses.

Além disso, a perspectiva co-constitutiva evidencia como essas relações estão correlacionadas no panorama do conflito. O aprofundamento da repressão e violência nos Territórios Palestinos Ocupados aprofundou a dependência jornalística de fontes oficiais israelenses, dialogando com os esforços para homogeneizar a cobertura de modo favorável aos seus interesses. Apesar das diferenças geográficas, os estudos levantados nesse artigo identificaram um viés na cobertura midiática e uma tendência a enquadrar o conflito de maneira

¹¹O jornalista da Al Jazeera, Shireen Abu Akleh, foi assassinada durante a cobertura da incursão das FDI no Campo de Refugiados de Jenin na manhã de quarta-feira, 11 de maio de 2022. Shireen foi atingida por uma bala explosiva na cabeça, apesar de estar identificada, em uma área a 150 metros das forças do exército junto com outros jornalistas. A jornalista Ghufran Warasneh foi morta no dia 1º de junho por uma bala israelense no peito na entrada do Campo de Refugiados de al-Arrub, ao norte da cidade de Hebron, enquanto se dirigia para o trabalho na *Dream Radio* em seu primeiro dia de trabalho.

¹²A Anistia Internacional lançou nota sobre alegações de tortura em prisões palestinas nos últimos meses, demandando que as autoridades palestinas investiguem cuidadosamente o caso. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/11/palestinian-authorities-must-investigate-torture-allegations-of-hunger-striking-prisoners-and-ensure-their-fair-trial/>>. Acesso em 16 de dez. 2022

favorável a Israel (SEGEV; BLONDHEIM, 2013; ACKERMAN, 2001; PHILO; BARRY, 2004; SABIDO, 2019; WOLFSFELD; AVRAHAM; ABURAIYA, 2000). No entanto, a intensidade desse viés e os termos específicos usados variaram de um estudo para outro. Por exemplo, o estudo de Ackerman (2001) sobre a mídia dos EUA observou uma cobertura tendenciosa que frequentemente retratava os palestinos de maneira negativa, enquanto Philo e Berry (2004) no Reino Unido também identificaram um viés pró-Israel, com um foco maior nas ações palestinas, frequentemente retratadas como atos de terrorismo.

Além disso, a falta de contexto histórico e o uso de estereótipos na representação dos palestinos foram observados em diferentes graus nos estudos. Os estudos também destacaram o uso de fontes de notícias como um elemento importante na cobertura midiática. As fontes israelenses foram frequentemente usadas como fontes confiáveis, enquanto as fontes palestinas tinham menos visibilidade, contribuindo para o viés na cobertura.

A Primeira Intifada, contudo, enquanto ação política e comunicativa, foi capaz de representar internacionalmente a causa palestina, em especial, a partir da difusão dos imaginários de vitimização. No entanto, na Segunda Intifada, foi difícil repetir esse quadro, em decorrência da utilização do terrorismo como estratégia de ação que quando associado ao contexto da Guerra ao Terror, corroeu parte da legitimidade da causa palestina. Para agravar esse quadro, a restrição imposta por Israel aos TPO, onde as manifestações ocorriam, compõem as estratégias utilizadas para controlar a representação dos eventos.

Ainda nesse sentido, a ocorrência concomitante à invasão americana ao Afeganistão e ao Iraque comprometeu negativamente o espaço que seria reservado na mídia internacional, em especial, estadunidense, para cobertura da Segunda Intifada Palestina. Tal perspectiva implica que a relação entre o jornalismo internacional, em especial de língua inglesa, e os eventos de mobilização social são parte fundamental para o sucesso político e comunicativo desses eventos. A natureza da mobilização – pacífica ou violenta –, o acesso aos eventos *in loco* para o registro e comunicação transnacional e espaço e atenção midiática foram características fundamentais para os resultados distintos das Intifadas.

REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, Seth. Al-Aqsa intifada and the US media. **Journal of Palestine Studies**, v. 30, n. 2, p. 61-74, 2001.

BAR-ON, Mordechai. Israeli Reactions to the Palestinian Uprising. **Journal of Palestine Studies**, v. 17, n. 4, p. 46-65, 1988.

BORGES, Patrícia Da Veiga. Campesinato e agricultura familiar em duas imagens: o sem-terra raivoso e a família feliz. **Comunicação & Informação**, v. 18, n. 1, p. 157-173, 2015.

BYMAN, Daniel. **Spreading Hate. The global rise of white supremacist terrorism**. Oxford University Press, New York, 2022.

BUDKA, Philipp; BRÄUCHLER, Birgit. Introduction: Anthropological perspectives on theorizing media and conflict. In: BUDKA, Philipp; BRÄUCHLER, Birgit (Ed.). **Theorising Media and Conflict**. Nova York: Berghahn Books, 2020, p. 4-32.

CHABAN, Natalia *et al.* Narrators' perspectives: communicating the EU in Ukraine, Israel and Palestine in times of conflict. **European Security**, v. 28, n. 3, p. 304-322, 2019.

DE RUAN, Janaina Araújo; SATUR, Roberto Vilmar. CONFLITO ISRAEL-PALESTINA: As negociações em prol da paz. In: **Uma Década De Lea-Ni No Ponto Extremo Das Américas: Negociações internacionais**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

FINKELSTEIN, Norman G. **Imagem e realidade no conflito Israel-Palestina**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

GALTUNG, Johan. Violence, peace and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.

IAZZOLINO, Gianluca. Digital Shahid – Palestinians Covering Occupied Palestine: From Broadcast Media to Citizen Journalism. **Arab Media Society**, n. 12, p. 1-14, 2010.

JAMAL, Amal. Media culture as counter-hegemonic strategy: The communicative action of the Arab minority in Israel. **Media, culture & society**, v. 31, n. 4, p. 559-577, 2009.

KIMMERLING, Baruch. **O fim da hegemonia Ashkenazita**. Tradução de Gabriel Mordoch. São Paulo: s/ed., 2001, p. 10.77

LAVI, Iris et al. Protected by ethos in a protracted conflict? A comparative study among Israelis and Palestinians in the West Bank, Gaza, and East Jerusalem. **Journal of Conflict Resolution**, v. 58, n. 1, p. 68-92, 2014.

MCGREGOR-WOOD, Sarah; SCHENKER, Hillel. Intifada Live: Arab Satellite TV Coverage of the Al-Aqsa Intifada. **Palestine-Israel Journal of Politics, Economics, and Culture**, v. 10, n. 2, p. 64, 2003.

PALESTINE CENTER FOR DEVELOPMENT AND MEDIA FREEDOMS (MADA). **Media freedoms violations in Palestine**: semi-annual report of 2022. Report, 2022. Disponível em: <<https://www.madacenter.org/en/article/1393/>>. Acesso em 21 de out. de 2022.

PALESTINIAN authorities must investigate torture allegations of hunger-striking prisoners and ensure their fair trial, **Amnesty International**, 2 de nov. de 2022. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/11/palestinian-authorities-must-investigate-torture-allegations-of-hunger-striking-prisoners-and-ensure-their-fair-trial/>>. Acesso em 9 de nov. de 2022.

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

PAPPÉ, Ilan. **Historia de la Palestina moderna**: un territorio, dos pueblos. Madri: AKAL, 2007.

PERI, Yoram. Intractable conflict and the media. In: SHEFFER, Gabriel; BARAK, Oren (Ed.). **Militarism and Israeli society**. Indiana University Press, 2010, p. 95-119.

PHILO, Greg; BERRY, Mike. **Bad news from Israel**. Londres: Pluto Press, 2004.

RICHARDS, Anthony. Defining terrorism. In: SILKE, Andrew (Ed.). **Routledge handbook of terrorism and counterterrorism**. London and New York: Routledge, 2019, p. 11-20

SAAD, Elizabeth; RAMOS, Daniela O. Silvio Waisbord: Diversidade e fragmentação –O campo da comunicação como uma pós-disciplina e seus desdobramentos na contemporaneidade. **Matrizes**, v. 15, n. 1, p. 125-143, 2021.

SABIDO, Ruth Sanz. **The Israeli-Palestinian Conflict in the British Press**. Canterbury: Palgrave Macmillan, 2019.

SEGEV, Elad; BLONDHEIM, Menahem. Online news about Israel and Palestine: A cross-national comparison of prominence and trends. **Digital journalism**, v. 1, n. 3, p. 386-398, 2013.

TIRIPELLI, Giuliana. **Media and peace in the Middle East**: The role of journalism in Israel-Palestine. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.

WIEVIORKA, Michel. **Violence**: A new approach. Sage, 2009.

WOLFSFELD, Gadi; AVRAHAM, Eli; ABURAIYA, Issam. When prophecy always fails: Israeli press coverage of the Arab minority's Land Day protests. **Political Communication**, v. 17, n. 2, p. 115-131, 2000.

WOLFSFELD, Gadi. **Media and political conflict**: News from the Middle East. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

YARCHI, Moran; WOLFSFELD, Gadi; SHEAFER, Tamir; SHENHAV, Shaul R. Promoting stories about terrorism to the international news media: A study of public diplomacy. **Media, war & conflict**, v. 6, n. 3, p. 263-278, 2013.